

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**ROTEIRO TURÍSTICO DA VIOLEIRA: DA INTERVENÇÃO
DO PODER PÚBLICO LOCAL À PERCEPÇÃO DOS
MORADORES DO BAIRRO**

Jaqueline Rodrigues Ferreira

VIÇOSA – MG

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**ROTEIRO TURÍSTICO DA VIOLEIRA: DA INTERVENÇÃO DO PODER
PÚBLICO LOCAL À PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO**

Monografia apresentada ao curso de
Geografia da Universidade Federal
de Viçosa, como requisito para obtenção
do título em bacharel em Geografia.
Autor: Jaqueline Rodrigues Ferreira
Orientador: Maria Isabel de Jesus
Chrysostomo

Viçosa, Julho de 2014

JAQUELINE RODRIGUES FERREIRA

**ROTEIRO TURÍSTICO DA VIOLEIRA: DA INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO
LOCAL À PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO**

Esta monografia foi julgada adequada para
obtenção do Grau de Bacharel em Geografia,
e aprovada na sua forma final pela Banca

Data: __/__/__

Nota: _____

Professora Dr. ^a Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
Orientadora

Professor Dr. Eduardo Maia

Dr. Werter Valentim de Moraes

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, à professora Maria Isabel de Jesus Chrysostomo e aos professores que me motivaram em seguir adiante em prol da construção de um conhecimento que valorize as relações humanas.

Aos projetos de extensão e pesquisa, os quais contribuíram de forma significativa em minha formação como pessoa e professora.

Aos grupos de estudos, a Associação Brasileira dos Geógrafos – seção local, apesar da correria dos estudos, agradeço aos momentos de aprendizado.

À Violeira, um lugar abençoado, obrigada pela inspiração!

À todos os amig@s, lembrando dos amig@s da Violeira, da Vilinha, da Luz do Firmamento, muito obrigada, vocês fazem parte desta estória!

Em especial agradeço à todos os seres divinos que me acompanharam nesta trajetória, ao apoio incondicional de minha família, minhas queridas companheiras Angélica, Vozinha Vera e Neurice, muito obrigada!

Saravá!

Epígrafe

“Vemos com exatidão até que ponto a preocupação da Razão nos obriga a fixar a unidade, a identidade, a duração, A substância, a causa, a realidade, o ser, de sorte que nos enreda, no erro e torna necessário o erro (...) Sucede como no movimento dos astros, só que neste caso nossos olhos são o advogado perpétuo do erro, E naquele quem advoga em favor do erro é a nossa linguagem.”

Nietzsche

Resumo

Esta pesquisa possui como objetivos principais, analisar e compreender o processo de constituição do roteiro turístico do bairro da Violeira no Município de Viçosa- MG. A partir da análise dos princípios que nortearam a formulação desta política pública de turismo, buscamos compreender como foi o processo de criação deste roteiro. Nesta linha procuramos problematizar a participação dos moradores do bairro da Violeira no momento de criação do roteiro turístico, confrontado este processo à luz das debates sobre o papel do turismo na sociedade. A partir das discussões e dos dados obtidos foi possível verificar como a atividade de turismo foi formulada, identificando os seus principais limites e também notar problemas em relação a participação dos moradores do bairro neste processo. Podemos notar que em função das percepções sobre o bairro, os moradores tem diferentes visões sobre o turismo e nessa linha sobre o que consideram como locais turísticos.

Palavras chave: roteiro turístico; turismo; política pública; participação popular;

Resumen

Esta investigación tiene como objetivos principales, analizar y comprender el proceso de constitución del itinerario turístico del barrio de la Violeira en el municipio de Viçosa – MG. A partir de los principios que orientaron la formulación de esta política pública de turismo, buscamos comprender como fue el proceso de creación del itinerario turístico, confrontando este proceso a la luz de los debates sobre el papel del turismo en la sociedad. A partir de las discusiones y de los datos obtenidos fue posible comprobar como la actividad de turismo fue formulada, identificando suyos principales límites y también notar problemas en relación a la participación de los moradores del barrio en este proceso. Podremos notar que en función de las percepciones sobre el barrio, los moradores tienen deferentes visiones sobre el turismo y en esta línea sobre lo que consideran como locales turísticos.

Palabras – claves: itinerario turístico; turismo; política pública; participación popular.

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Mapa de representação do Circuito Serras de Minas	20
Figura 2- Mapa Representativo do Roteiro Turístico do bairro da Violeira – Viçosa-MG.	32
Figura 3 – Placa Informativa do Roteiro Turístico da Violeira	33
Figura 4 - Placa informativa do Roteiro Turístico da Violeira	36
Figura 5 – Resquícios da Paisagem Natural - Bairro Violeira	40
Figura 6 - Gráfico – Representação de resposta de questionário semi estruturado	42
Figura 7 - Av. Quin Quin Fontes - bairro Violeira	43
Figura 8 - Topo de Morro - Jibóia – bairro Violeira	48
Figura 9 – Área externa – Centro de Tecnologias Alternativas	48
Figura 10 – Área externa do espaço de eventos Don Mingote- bairro Violeira	48
Figura 11 - Casa com telhado verde – bairro Violeira	49

Lista de Abreviações e Siglas

AMA- Associação de Moradores e Amigos da Violeira

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

CTA – Centro de Tecnologias Alternativas

EMBRAPA – Empresa Brasileira em Pesquisas Agropecuária

ETA II- Estação de Tratamento de Água II

ICMS Turístico – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

MTUR– Ministério do Turismo

PDT – Plano de Desenvolvimento Turístico de Viçosa

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNT – Política Nacional de Turismo

SEAG- Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo

SEDES- Secretaria de Estado de Desenvolvimento

UFV- Universidade Federal de Viçosa

Sumário

Introdução

Capítulo 1

- 1. BRASIL: Política Nacional de turismo**
- 1.2 Regionalização: O Diagnóstico do Circuito turístico das Serras de Minas**
- 1.3 Desencontros: Roteiros turísticos e políticas públicas**

Capítulo 2

- 2 DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO EM VIÇOSA AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO DA VIOLEIRA**
- 2.2 Análise do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico em Viçosa**
- 2.3 A criação do Roteiro turístico no bairro da Violeira**

Capítulo 3

3. O ROTEIRO TURÍSTICO DA VIOLEIRA

- 3.1 Aspectos referentes aos locais turísticos**
- 3.2 Turismo rural, Violeira: limites e potencialidades**
 - 3.2.1 A apropriação da Paisagem através do Turismo**
 - 3.2.2 O RETORNO DO DESENCONTRO: Política pública de turismo e a participação do moradores da Violeira na constituição do Roteiro Turístico**
 - 3.2.3 VIOLEIRA: por uma outra possibilidade para o turismo**

Considerações Finais

Anexos

Referências Bibliográficas

Introdução

O turismo compreende ser um conceito um tanto quanto controverso devido aos distintos caracteres atribuídos as práticas e ações desenvolvidas através deste fenômeno. Na atualidade estas atividades apresentam-se de modo diverso, e ao mesmo tempo singular, considerando os processos que engendram e concretizam o turismo como um fenômeno no espaço geográfico.

Segundo CRUZ (2003) o turismo é em essência uma prática social agregada ao mercado, "(...) é a única prática social que consome elementarmente o espaço (...)". (p. V). Para a autora existem três fatores que condicionam a eleição de determinado espaço para o uso turístico: sua valorização (cultural) pela prática social do turismo e a divisão social e territorial do trabalho. (Ibdem, p.13).

Nas últimas décadas o setor turístico experimentou uma intensa expansão global, "(...) chegando a ser considerado a maior "indústria" da economia mundial (...)". (ARAÚJO e GELBCKE, 2008, p .364 apud MOLINA, 2003). Com intuito de promover o crescimento neste setor, foram assimiladas ideias e estratégias para solucionar expectativas do mercado econômico, entre elas, gerar o desenvolvimento local e, sobretudo, a intenção de integração dos mercados regionais.

Para KNAFOU (1996), citado por CRUZ (2003), existe três agentes no processo de turistificação: os turistas; o mercado, representado pela iniciativa privada e pelos empreendedores do setor turístico e, finalmente, os planejadores e promotores territoriais, os quais são representados pelo Estado, por meio de iniciativas locais, regionais ou mesmo nacionais, assumidas pelos respectivos poderes públicos.

É mundialmente reconhecido o potencial brasileiro para a implantação de diversos segmentos do turismo, com maior destaque para o modelo "sol e praia". Segundo RODRIGUES (2001), deste potencial surge o turismo rural, juntamente com o ecoturismo, aos quais tem apresentado grande crescimento territorial nas últimas décadas. O interesse em investir neste segmento, segundo a autora, deve-se tanto ao crescimento da população urbana e a densidade populacional nestas áreas, assim como, às necessidades de inovação das atividades econômicas no meio rural. (RODRIGUES, 2001, p. 7)

Tendo em vista o surgimento do potencial do ecoturismo e do turismo rural, as autoridades de Minas Geras se inscrevem, promovendo um conjunto de ações vinculadas ao turismo, com o objetivo de regionalizar as potencialidades de Minas Gerais com o intuito de melhor explorá-las. Uma destas ações se refere a criação de regiões turísticas, denominadas como Circuitos Turísticos. Esta iniciativa vincula-se ao Ministério de Turismo e à Secretaria de Estado de turismo de Minas Gerais. O Roteiro Turístico da Violeira se insere no Circuito Turístico Serras de Minas, o qual é criado em 2002, com a perspectiva de garantir a elaboração e gestão de atividades turísticas.

Em 2004 ocorre a criação do Programa de Regionalização do Brasil – Roteiros Brasil, através do Ministério de Turismo. Esta proposta é constituída por vários Roteiros Turísticos, cuja a ideia é articular atividades e atrações turísticas de um determinado número de municípios em uma determinada “região”, constituída por municípios, os quais possuem afinidades sociais, culturais e econômicas.

Nestes Circuitos Turísticos, por sua vez, são representados através de Associações, as quais se constituem por: comerciantes, empresas, prefeituras, e outras entidades. De acordo com a Resolução 009/2010, Minas Gerais conta atualmente com 46 Associações de Circuitos Turísticos certificados, mais a capital, Belo Horizonte, que envolve todas as regiões do Estado.

Localizado no município de Viçosa- MG, o roteiro turístico da Violeira começa a ser desenhado em setembro de 2013, por meio do Departamento de Turismo de Viçosa e da parceria da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais).

O incentivo na elaboração de uma proposta para o turismo na Violeira, através do Departamento de Turismo se relaciona, em grande medida, a partir da paisagem natural ainda existente no bairro. Pois, apesar das intensas transformações em decorrência do crescimento urbano na cidade de Viçosa, ainda há a preservação de marcas e características do meio rural na paisagem. Estes resquícios de modo geral, são apropriados pelo discurso do turismo rural, e em específico o chamado “agro turismo”, entre outras práticas e ações turísticas. Ou seja, segundo PEIXOTO (1998), “(...) este interesse pelo rural acentua-se à medida

que o rápido crescimento urbano faz emergir reivindicações e aspirações ligadas à natureza e ao ambiente, e manifesta-se através de fenômenos (...)” (p. 04-05).

Para PORTUGUEZ (1999), citado por CRUZ (2003), as origens do turismo em espaços rurais, se dá a partir do surgimento de abrigos para os viajantes que circulavam por regiões norte americanas pouco povoadas na década de 1960. Ou seja, a ausência de locais de hospedagem nessas áreas incentivou proprietários a abrigarem os viajantes. Neste período, diferentes modalidades de turismo se constituíram em todo o mundo. Assim:

O turismo cria novos objetivos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, como objetos naturais (rios, praias, montanhas etc.) e objetos culturais (infraestruturas, edifícios, patrimônio histórico) atribuindo-lhes novos significados e, muitas vezes, novas feições (CRUZ, p. 2003, p.25)

Metodologia

O que se pretende neste estudo é, primeiramente, analisar e compreender o processo de constituição do roteiro turístico do bairro da Violeira no Município de Viçosa- MG. Assim como, compreender o processo de constituição da Política Nacional de Turismo no Brasil, a partir de uma breve análise, com base nos PNTs – Plano Nacional de Turismo, desde sua gênese até o período atual. Nossa proposta é discutir como se efetivam as políticas públicas, a partir da proposta de gestão “descentralizada” de turismo desempenhada pelo Programa de Regionalização do Brasil – Roteiros do Brasil, e em específico a proposta “descentralizadora” do roteiro turístico da Violeira no município de Viçosa.

Na tentativa de compreender o processo de criação do roteiro turístico do bairro da Violeira, além das pesquisas bibliográficas, o estudo terá como base fontes documentais, tais como o Diagnóstico do Circuito Serras de Minas, o Plano de Desenvolvimento Turístico de Viçosa, e a entrevista do Programa Sala Espacial, transmitida pela TV Viçosa em setembro de 2013.

Para analisar o conhecimento e a participação dos moradores locais no processo de constituição do roteiro turístico no bairro da Violeira, foi realizada a aplicação de questionários semi-estruturados com a comunidade. Houve a participação de 30 pessoas de diferentes idades, classes sociais e ambos os sexos,

sendo a escolha realizada aleatoriamente. A realização dos questionários com os moradores realizou-se durante quatro dias no mês de maio de 2014.

Foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas atividades dos pontos do roteiro, idas a campo, ou seja, foram observados no bairro e nos locais considerados turísticos do roteiro turístico, visando fazer uma análise sobre as potencialidades e limites do turismo no bairro, e para a obtenção de dados sobre a criação do roteiro turístico.

Em busca por evidenciar a apropriação da paisagem pelo discurso turístico rural e considerando o potencial e demanda da cidade de Viçosa, buscamos nessa monografia, a partir de uma perspectiva cultural e pedagógica, explicitar e problematizar os locais potenciais para o roteiro turístico.

Capítulo 1

1. BRASIL: Política Nacional de turismo

No Brasil, a modalidade turística ocorre predominantemente na costa litorânea, a qual é a porção mais urbanizada do território brasileiro. O incentivo ao turismo “sol e praia”, ocorreu a partir do investimento em infraestruturas nestas áreas, o turismo interno, inter e intra-regional, se consolidam a partir da urbanização no país. Ou seja, o processo de expansão territorial do turismo se deu por meio da integração do território nacional, devido em grande medida a melhoria e ampliação da malha rodoviária a partir da década de 1960.

Para compreender melhor como se deu as políticas federais do turismo, será realizado a reconstituição de alguns fatos importantes de sua história, entre eles o processo de constituição da Política Nacional do Turismo.

O primeiro período de constituição da Política Nacional do Turismo, vai de 1938- 1966, o qual por meio de processos jurídico institucionais formula diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade turística, relacionando a regulamentação de agências de viagens e de turismo. O segundo período se inicia através do Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966, que institui pela primeira vez

uma Política Nacional de Turismo, bem como a criação de órgãos oficiais: o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

Segundo CRUZ, é no Decreto-lei 55/66 que o turismo é reconhecido como uma atividade capaz de contribuir para atenuar desníveis regionais que caracterizavam a nação, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, através de incentivos financeiros e fiscais. Este Decreto estava em consonância com o Plano de Ação Econômica do Governo, sob à presidência de Castello Branco, [...] cujo objetivo, entre outros, era atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria de vida” (Ianni, 1986: 235, apud, CRUZ, 2002, p.49). O artigo primeiro do Decreto-lei 55/66 diz:

Compreende-se como Política Nacional de Turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país.

Decreto-lei 55, Ato Complementar número 23, dia 20 de fevereiro de 1966, art.1

Conforme Cruz, a definição acima possui dois equívocos importantes: reduzir a política nacional de turismo a uma [...] “atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo [...]” Bem como a outra colocação de que essas iniciativas podem ser “[...] isoladas ou coordenadas entre si [...]” (p. 49). Devido ao reconhecimento destes equívocos, em 1967, é promulgado por meio de diploma legal a regulamentação do decreto-lei 55/66, aonde é reformulado o conceito de política nacional do turismo:

Compreende-se como Política Nacional do Turismo, o conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional

Decreto-lei 60.224 de 16 de fevereiro de 1967, art. 1º

Entretanto a nova lei instituída comete um grave erro, o qual vai repercutir na história das políticas de turismo no país, pois ao equalizar os conceitos de planejamento e política, as ações promovidas nas atividades turísticas, são diretamente permeadas por esta confusão, tendo como consequência a ineficiência tanto dos planejamentos quanto dos planos, no que se refere a implementação de políticas públicas para o turismo. Neste período CRUZ, (2002) ressalta também, a

ausência da formulação de diretrizes por meio dos órgãos federais nos diplomas legais, pois, em vários casos, as atribuições aparecem em forma de “objetivos” e / ou atribuições destes órgãos, sem falar no sentido dúbio dos objetivos, dificultando o entendimento da própria lei.

A criação da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur e do Conselho Nacional de Turismo- CNTur tem papel crucial na condução das políticas nacionais de turismo a partir de 1966. A Embratur existe até hoje como uma autarquia. Já o CNTur foi extinto pelo mesmo diploma legal.

A reformulação da Embratur¹ em 1991, e a política nacional de turismo durante o mandato do governo Fernando Henrique Cardoso se configuraram como outro marco importante na história das políticas nacionais do turismo. A partir da análise histórica realizada por CRUZ (2002), neste período os assuntos relativos ao turismo estiveram sob a responsabilidade dos mais diversos setores da administração pública.

“[...] De 1966 a 1990, entre extinções e criações de órgãos, divisões, departamentos, os assuntos relativos ao turismo estiveram sempre subordinados ao Ministério da Indústria e do Comércio, quando, naquele ano, a partir da reforma administrativa instituída pelo governo Collor de Mello (1990-92), com a extinção daquele ministério, são vinculados à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, da qual passa a fazer parte a Embratur [...]” (Ibidem, p. 45)

A reestruturação da Embratur, a qual de autarquia especial até então, a partir da Lei 8.181 de 28 de março de 1991, torna-se o Instituto Brasileiro de Turismo e colocou tal órgão com a responsabilidade de “formular, coordenar, executar e fazer a Política Nacional de Turismo – artigo 2º conforme o PNT. Outro órgão com objetivo de efetivar a política nacional do turismo foi o Plano Nacional de Turismo – Plantur, um plano detalhado de ações a serem realizadas pelo poder público federal, criado em 1992. Entretanto o Plantur não saiu do papel, “(...) e uma possível explicação para isso residiria de que esse plano ter “colocado a carroça à frente dos bois”, ou seja, o Plano Nacional de Turismo, que deveria constituir um instrumento de

¹ Segundo o site do ministério do Turismo desde Janeiro de 2003, com a instituição do Ministério do Turismo, a atuação da Embratur concentra-se na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.

efetivação da política, é instituído antes da política de turismo ser implementada (...)” (Ibidem, p. 62)

Neste período, com a intenção de aderir a aprovação das classes sociais mais populares e dos movimentos sociais, entre eles o movimento ambientalista, são efetivadas mudanças na elaboração das diretrizes da Política Nacional do Turismo, as quais se distanciam do discurso hegemônico até então, ou seja, do desenvolvimento do turismo primeiramente a partir de fatores econômicos. E vinculam-se outras ideias centrais, como a preservação e valorização do patrimônio natural e cultural do país. Conforme CRUZ (2002), esta mudança relaciona-se com o governo Collor de Mello (1990-92), o qual introduziu em seu discurso características populistas, as quais podem ser observadas nos objetivos² I e VI da Política Nacional de turismo, conforme o Decreto 448/92, art. 3º.

Este decreto introduz a ideia de democratização do turismo, através da redução de disparidades econômicas e sociais de ordem regional, bem como a geração de emprego e renda para as classes com menor poder aquisitivo, mas não explica os meios para alcançar este fim. Ademais os objetivos I, II e IV³ neste decreto, são vistos a partir da visão de CRUZ (2002), com algumas ressalvas, em decorrência de teses insustentáveis, entre elas, a ideia de que o turismo, do ponto de vista socioeconômico poderia ser um agente minimizador de desequilíbrios regionais, desconsiderando outros processos. Ou seja, segundo a autora, esta desigualdade regional (e não desequilíbrio) é fundada a partir de outros fatores, como por exemplo, os privilégios dados a determinadas porções do território com infraestrutura, incentivos fiscais, qualificação profissional. Sendo que quando há ausência destes fatores, não há o fortalecimento e desenvolvimento de estratégias em prol do turismo. (Ibidem, p. 57-58)

² I- democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem estar das classes de menor poder aquisitivo.

VI - estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação.
(Política Nacional de turismo, Decreto 448/92, art. 3º).

³ II- reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda;

IV - difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades de Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento.
(Política Nacional de turismo, Decreto 448/92, art. 3º).

“A eleição das regiões Nordeste e Centro- Oeste e da Amazônia Legal como áreas prioritárias pelos mecanismos de fomento da PNT, demonstra mais uma vez na história das políticas nacionais do turismo, a intenção de se fazer da atividade um mecanismo de atenuação dos desníveis econômicos inter-regionais. Esse pensamento foi exposto, claramente, no Decreto 448/92, art. 4º, que preconizou a criação da política nacional de turismo do período de 1996-99 [...]” (Ibidem, p.64).

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, segundo o Plano Nacional de Turismo 2003-2007, uma das macro estratégias das ações a serem implementadas, refere-se a realização do desenvolvimento econômico e a geração de emprego, tanto para a redução de desigualdades regionais, quanto sociais.

Em 2007, é criado concomitantemente o Plano de Aceleração Econômica – PAC, e o novo Plano Nacional de Turismo 2007-2010. A partir da leitura deste plano, podemos identificar através do discurso, semelhanças entre algumas diretrizes com o plano anterior, como por exemplo, a geração de postos de trabalho, e novamente a superação de desigualdades regionais. São inseridos também novas estratégias sob este discurso, como por exemplo a contribuição do turismo para a inclusão social, assim como o estímulo para a realização de um turismo interno.

Já o Plano Nacional de Turismo 2013-2016, as ações a serem realizadas neste setor possuem como uma de suas principais metas transformar o país no terceiro maior Produto Interno Bruto turístico do mundo até 2022. Para alcançar tal “proeza”, um dos principais objetivos estratégicos é preparar o turismo brasileiro para megaeventos. Tal objetivo já vem sendo arquitetado, tendo em vista a realização da Copa do Mundo FIFA neste ano e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Atualmente o país apresenta-se como a sexta economia turística do mundo.

Na tentativa de ampliação de estados e municípios na formulação de políticas de turismo, o Programa de Regionalização, segundo o PNT 2013-2016, possui como uma de suas diretrizes a realização do diagnóstico das potencialidades e dos problemas das regiões turísticas do país, contribuindo para que as cidades se posicionem como destinos turísticos competitivos. São definidas também como Diretrizes deste PNT: geração de oportunidades de emprego; empreendedorismo; participação e diálogo com a sociedade; incentivo a inovação e ao conhecimento.

A participação popular se configura como uma das ações deliberadas no item 6.6 neste Plano, a qual vai de encontro com as diretrizes, entre elas, a participação e o diálogo com a sociedade definida no plano de Diretrizes. Porém este diálogo com

a sociedade está atrelado a representação da sociedade civil, no que se refere a participação na cadeia produtiva do turismo:

O planejamento do turismo no Brasil vem se pautando em um modelo de gestão pública descentralizada e participativa que promove a integração entre as diversas instâncias de governo – de modo intersectorizado – e as representações da sociedade civil atuantes no turismo, incluindo os diferentes setores da cadeia produtiva da atividade (Plano Nacional de Turismo, 2013, p. 56)

A partir da análise deste documento podemos observar também a inserção de alguns conceitos, entre eles, o conceito de sustentabilidade, devido a parceria com o Ministério do Meio Ambiente, na formulação e gestão de uma política de turismo em áreas protegidas.

Tendo em vista este breve histórico, podemos inferir que a política nacional do turismo no Brasil, estrutura-se a partir de um longo processo e as descontinuidades no cenário político interferiram de modo significativo na sua consolidação. A inserção de novos discursos sobre os objetivos da política nacional de turismo, como por exemplo, a ideia de descentralização e democratização ao acesso do turismo, denota intencionalidade eleitoreira, ou seja, o apoio político tanto da sociedade quanto dos setores privados.

Esta descentralização da gestão turística a nível Federal, na verdade fortalece novas centralidades locais, representadas por municípios, com a parceria do setor privado. Ou seja, conforme BECKER (1995) citado por CRUZ (2002) trata-se de uma “descentralização controlada” representada, por exemplo, por meio do Programa de Regionalização do Turismo, criado pelo Ministério do Turismo durante a gestão do Plano Nacional de Turismo (2003-2007).

Segundo o Programa de Regionalização do Turismo realizado em 2013, a trajetória da Política Nacional de Turismo com enfoque territorial teve início com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em 1994. Sob a coordenação do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o Programa foi criado com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento da atividade turística municipal.

Este documento afirma que após o período de avaliação das ações, foi possível identificar a necessidade de expansão do PNMT, ou seja, o programa “[...] transformou-se em um movimento nacional capaz de mobilizar agentes e produzir resultados, que possibilitaram avançar para a abrangência territorial como

estratégico para o fomento das atividades do turismo no País [...]” (Programa de Regionalização do turismo, Ministério do Turismo, 2013, p.9).

Neste sentido o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, é lançado em abril de 2004, e constitui-se em ser uma política pública, em âmbito territorial, a partir do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, que determinou como macro programa estruturante a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”. “[...] O Programa iniciou-se com a participação efetiva dos representantes dos órgãos e colegiados de turismo municipais e estaduais, além de representantes da iniciativa privada, das instituições de ensino e do terceiro setor [...]” (Ibidem, p. 17). O Programa possui o caráter estratégico, com foco no planejamento coordenado e participativo, com objetivo de melhoria de resultados socioeconômicos no território. O debate foi constituído através de oficinas setoriais e nacionais, definindo estratégias nas 27 Unidades da Federação. Foram identificadas 219 regiões turísticas, agregando 3.319 municípios. A partir deste novo referencial regional, foram elaboradas, algumas estratégias, entre elas:

“A percepção de criar ou fortalecer grupos de representantes dos setores da cadeia do turismo (público, privado e sociedade civil organizada), nas regiões mapeadas, a partir do compartilhamento de conceitos, princípios e valores, também foi conduzida como estratégia, de forma a garantir a governabilidade, a exemplo das intituladas “Instâncias de Governança”, cujo modelo de formação e institucionalidade se define e se constitui a partir das realidades regionais e seus relacionamentos intermunicipais” (Ibidem, p.18).

Outra estratégia para a comercialização de produtos e serviços foi através do Salão do Turismo- Roteiros do Brasil, tornando-se o evento “vitrine” de destaque nacional deste setor. No documento relata-se que este espaço proporcionou “[...] aos gestores públicos, empreendedores, empresários e operadores, a possibilidade de troca, o conhecimento, a percepção das tendências e desejos dos consumidores [...]” (Ibidem, p. 18). Assim como a valorização da cultura, do trabalho, os modos de vida das regiões, municípios e localidades, constituindo novas possibilidades, “[...] quando bem estruturadas e articuladas, da cadeia produtiva do turismo [...]” (Ibidem, p. 19).

1.2 Regionalização: O Diagnóstico do Circuito turístico das Serras de Minas

Realizado em 2005, o Diagnóstico Circuito Serras de Minas, com a parceria

do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas empresas - SEBRAE, neste documento são realizadas análises sobre diversos aspectos da região da Zona da Mata. De modo geral, os municípios localizam-se em territórios de topografia acidentada, segundo o diagnóstico na zona rural se encontram muitas comunidades, pequenas e médias propriedades, fazendas antigas que se remetem ao período colonial. É ressaltado as áreas de preservação da Mata Atlântica, destacando-se o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro com sede no município de Araponga. (...) “Encontra-se, ainda, em algumas localidades, usinas hidrelétricas, represas, pesque pagues, pousadas, hotéis fazenda e áreas de camping (...)” (Diagnóstico Circuito Serras de Minas, 2005, p.190). Nos aspectos gerais são relacionados modificações nas áreas urbanas e a relação com o tombamento de bens materiais das mesmas:

“De modo geral, os municípios sofreram intensa descaracterização de seu patrimônio histórico arquitetônico, restando pequeno número de suas edificações centenárias em meio ao crescimento desordenado de suas áreas urbanas. Entre os poucos bens tombados pelas prefeituras estão alguns poucos casarões, estações ferroviárias, igrejas, capelas, peças, além de um piano que pertenceu a Ary Barroso, em Ubá, e uma locomotiva, em Ponte Nova. Alguns registros de memória da região também estão localizados em museus de Viçosa e de Ubá, e em um centro de memória, em Barra Longa.” (Diagnóstico Circuito Turístico Serras de Minas, p. 191).

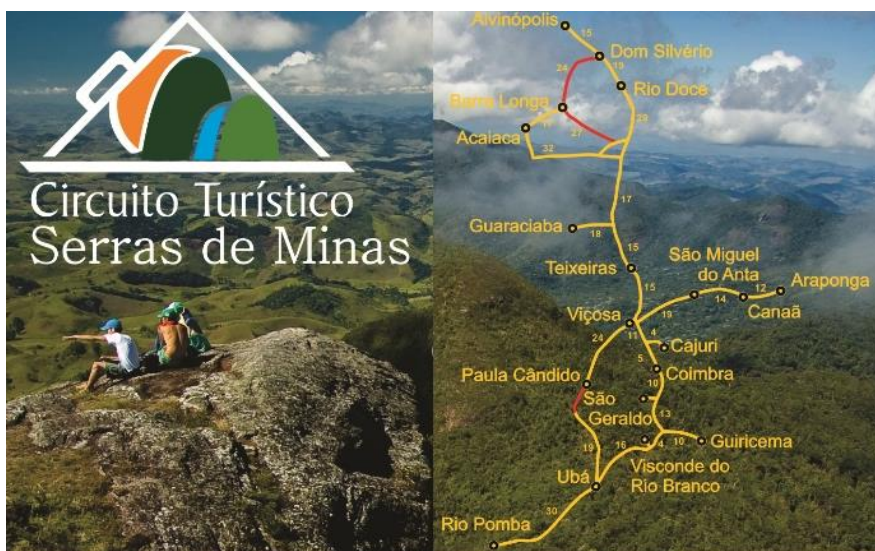


Figura1 : Mapa de representação do Circuito Serras de Minas

Fonte:<http://www.viscondedorio Branco.mg.gov.br/upload/imgOrig/%7B1A7EBCBD-BCAA-B55A-3237-D8DBD5C645CD%7D.png> acesso em 23 de Abril de 2014

É considerada a viabilidade do desenvolvimento do turismo no Circuito Serras de Minas, porém para a realização da mesma será necessário o empreendimento de muitos esforços, devido alguns aspectos, entre eles o fato de que “(...) a região não é tradicionalmente turística, as administrações públicas não se empenharam neste sentido e a população desconhece seu potencial e o próprio potencial de desenvolvimento da atividade (...)” (Ibidem, p.192).

O Circuito Turístico Serras de Minas é uma associação, a qual tem como objetivo integrar e desenvolver políticas do turismo nos municípios participantes. Segundo Renato Cardoso, gestor do Circuito Serras de Minas, um dos principais critérios para a escolha das cidades, que fazem parte do Circuito, se refere ao posicionamento geográfico, ou seja, as cidades se “integram”, pois fazem parte da mesma região.

Outro critério para integrar as cidades e suas respectivas atrações turísticas se refere a valorização da cultura popular. Entretanto há que se fazerem ressalvas desta proposição, tendo em vista algumas manifestações populares que não são incentivadas e valorizadas pelo município de Viçosa, como por exemplo, a Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada em São José do Triunfo, distrito do município de Viçosa. Atualmente o Circuito Turístico das Serras de Minas é constituído por 18 municípios (ver municípios - Figura 1, p. 19).

Segundo o documento há grande diversidade quanto às políticas públicas do turismo. Em Viçosa, estas políticas são consideradas mais evoluídas devido ao fato de que: “(...) já desenvolveu programas de turismo, possui uma Secretaria ativa e já contou com um Conselho de Turismo atuante, com nível de conscientização mais elevado. Por outro lado, as cidades como Acaiaca, Paula Cândido, Guiricema, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado apresentam níveis baixos de desenvolvimento das políticas públicas do turismo (...)” (Ibidem, p.192).

Tal análise nos faz questionar o parâmetro o qual se faz tais afirmações, pois considerar Viçosa mais evoluída na política pública no turismo, devido a mesma configurar um local, no qual existem Universidades e Centros de Conhecimento, torna-se questionável, e não representa de fato as ações desenvolvidas neste setor através do Município, ou das iniciativas privadas. Esta falta de iniciativas e apoio é explicitada pelos próprios empresários do turismo, que participaram da pesquisa durante a elaboração do diagnóstico.

No setor de Turismo, além do apoio econômico é necessário ampliar e vislumbrarmos outras ações. Segundo o Diagnóstico, o turismo é compreendido como um aliado para contribuir nas questões ambientais, na preservação do patrimônio, bem como na criação de Lei de Uso e Ocupação do Solo, pois apenas três dos onze municípios inseridos no Circuito, possuíam a Lei até 2005. Além de configurar a possibilidade de fonte de renda. Segundo o Diagnóstico, Viçosa possui a Lei de Uso e Ocupação do Solo e esta lei é ativa.

“(...) Um indicador importante pode ser constatado na pesquisa realizada com os empresários do turismo nas cidades do Circuito: 94% deles acreditam no turismo como vetor de desenvolvimento local. E nesse ponto os empresários não estão sozinhos, pois várias ações do governo e da sociedade civil organizada também acreditam que o turismo pode redirecionar o crescimento econômico da região (...)” (Ibidem, p.192)

A partir do diagnóstico, a cidade de Viçosa é ressaltada como um polo, que concentra serviços, centros de ensino, com destaque para a Universidade Federal de Viçosa. No diagnóstico são identificados alguns atrativos:

- Atrativos rurais são destacados Pesque Parque, APAS e Fazenda antiga.
- Atrativos Naturais: Belvedere – Reserva de Proteção Ambiental; Recanto das Cigarras; Mirante das Bandeiras; Horto Botânico e a mata do Paraíso.
- Atrativos Culturais: Museu da Casa de Artur Bernardes; Museu Alex Doroffef; Museu Histórico; Museu de Zoologia.
- Atrativos Pedagógicos: Universidade Federal de Viçosa; Parque da Ciência; Centro de Educação Ambiental da mata do Paraíso; Biblioteca Central; Estábulo Novo;
- Atrativos Comerciais, produtos e religiosos: Shoppings; Cachaça de Minas; Tabacaria; Laticínios; Locais de venda de artesanato; Cinema; Santuário Santa Rita de Cássia;
- Calendário de Eventos: SEARA (Evento da Renovação Carismática Católica de Viçosa), Semana do Fazendeiro; Semana Santa, Jubileu

de Santa Rita de Cássia; Violas e canções; Marcha Nico Lopes; Festival da Canção de Viçosa; Encontro dos ex- alunos da UFV; Festival de escola do Núcleo de arte e Dança.

- Instituições, Hotéis, Restaurantes e Serviços.

Atualmente algumas festividades foram incluídas na lista de Eventos conforme o PDT de 2013, como o Vijazz festival, e a Festa de Reis em São José do Triunfo. O diagnóstico realizado em 2005 pelo Circuito Serras de Minas, não inclui os locais do bairro da Violeira, porque o roteiro foi pensado a partir de 2013. Outro motivo refere-se ao fato que alguns dos pontos ainda não existiam em 2005, como por exemplo a pequena agroindústria Boa Gula ou o Atelier Elaine Fontes.

De acordo com a entrevista transmitida em 2013 pela TV Viçosa, no programa sala especial, a partir da Chefe do Departamento de Turismo Brenda Santunioni, a criação do roteiro turístico do bairro da Violeira, seria uma opção durante o tempo livre, para que as pessoas de outras localidades conhecessem o bairro, e tomassem conhecimento dos eventos, como por exemplo, durante a realização da Semana do Fazendeiro ou durante a semana de Colação de grau dos formandos dos cursos de graduação da UFV.

1.3. Desencontros: Roteiros turísticos e políticas públicas

Segundo CRUZ (2002), no Brasil o turismo surge como atividade econômica, em meados do século XIX. Neste período, o turismo usava as infraestruturas criadas em razão de outros usos do território. A partir da década de 1960, o setor turístico ganha autonomia e passa a promover um conjunto de intervenções sobre o espaço geográfico e o (re)ordenamento do território. No fim do século XX, o montante de capital gerado através do turismo chegou a atingir valores iguais ou superiores aqueles gerados pela indústria petrolífera.

Estes números também são expressivos no que diz respeito ao deslocamento de fluxos, à mão de obra empregada e a geração de renda. (CRUZ (2002), p.07-p.08). Somente a partir da década de 1990 o turismo ganhou importância entre as políticas públicas setoriais, ou seja, esta mudança de perspectiva se refere ao

reconhecimento do território, enquanto alvo para a promoção da política pública de turismo.

De modo geral a ocorrência de um consumo através dos territórios pelo turismo, é expresso e intermediado por meio de inúmeras formas de consumo, entre elas: os meios de transporte, de hospedagem, de restauração (estabelecimentos comerciais do ramo alimentício), o setor de agenciamento de atividades, os serviços bancários, o comércio de bens de consumo. (Ibidem, p. 09). Entretanto, a partir dos itens citados acima, as análises que se seguem irão se debruçar sobre os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício e da cultura.

Nesta perspectiva, SILVA et al. (2008, p. 224), na tentativa de implementação de políticas públicas específicas que contemplem ou otimizem recursos financeiros e humanos de cada cidade, no Brasil, as políticas públicas de turismo têm sido direcionadas para a regionalização:

“[...] Em 1999, foi criada em Minas Gerais a Secretária de Estado de Turismo - Setur, associada ao Plano Nacional de Turismo – PNT, com a finalidade de planejar, coordenar e fomentar as ações do turismo, objetivando sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado [...]”. (Ibidem, p. 224)

Com base em EMMENDOERFER (2005), citado por SILVA et al. (2008), a criação dos Circuitos Turísticos constitui a própria política pública concebida para o desenvolvimento do turismo no estado de Minas Gerais, estruturando as atividades nas esferas municipal e regional de forma a atrair mais turistas a determinada região e, conseqüentemente, movimentar o comércio e os serviços turísticos.

A política de turismo para o Brasil se insere no Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Criado a partir de 1990, possui algumas estratégias, entre elas a descentralização da gestão pública, com o intuito de implantar uma gestão do turismo descentralizada, uniformizada e integrada, distribuindo responsabilidades para o setor privado, estados e municípios (GOMES et al., 2007, apud, CRUZ, 2002).

Com objetivo de descentralizar as atividades do litoral do país, bem como de incluir novos roteiros comercializados no mercado interno e externo, em abril de 2004, o Ministério do Turismo lançou o Programa de Regionalização do Brasil - Roteiros do Brasil, pautando novas perspectivas para o turismo brasileiro por meio

da gestão descentralizada. Esta estruturou-se pelos princípios da flexibilidade, articulação e mobilização. A Regionalização, segundo o referido documento tem como princípio ampliar ações nos municípios, identificar potencialidades e constituir um Mapa de Regionalização. Em 2004 havia 219 regiões turísticas no país, contemplando 3.203 municípios (MTur 2008). Atualmente Viçosa faz parte do Circuito Turístico Serras de Minas.

Segundo o Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes, realizado pelo Ministério do Turismo em 2013, outra estratégia determinante para apoiar a ação de estruturação das regiões foi a promoção e comercialização dos produtos e serviços turísticos, por meio do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. A primeira edição do evento foi realizada em 2005, apresentando ao país 451 roteiros turísticos, envolvendo 959 municípios em 134 regiões turísticas. Após este evento, o Mtur, juntamente com os órgãos oficiais de turismo das unidades da federação, realizaram de 2005 a 2006 uma série de reuniões, seminários e oficinas que resultaram na atualização do Mapa de Regionalização. (Ibdem, p. 227)

A partir destas estratégias do Programa de Regionalização, do ponto de vista da abordagem territorial, tiveram como destaque os seguintes resultados:

“[...]o fortalecimento do processo de gestão compartilhada, capaz de representar a diversidade e pluralidade dos segmentos sociais; as políticas públicas focadas no desenvolvimento sustentável por meio de diálogo com os agentes de mercado; a oferta turística ampliada, qualificada e diversificada; as iniciativas de apoio à roteirização e integração da produção associada ao turismo, como necessárias para com a qualificação e diversificação da oferta [...]”, entre outras. (2013, p.18)

Com o intuito de implantar uma gestão do turismo descentralizada, uniformizada e integrada, distribuindo responsabilidades para o setor privado, estados e municípios. Muitas vezes neste diálogo, não há a integração ou muito pouco, da população local na tomada de decisões referentes ao turismo, como por exemplo, a criação de roteiros turísticos. Ou seja, a gestão descentralizadora em questão não se refere a gestão popular, e sim uma gestão que não se restringe ao poder do Estado, mas sim de outras instâncias e órgãos que possuem poder deliberativo, junto a agentes do mercado na tomada de decisões referentes a ações locais.

A realização de ações deste turismo pensado e planejado tendo em vista as diretrizes do Programa de regionalização nos faz indagar sobre a compatibilidade perante as ideias concebidas por meio de políticas públicas. Antes da realização desta análise, se faz necessário uma reflexão da epistemologia da palavra política pública, tendo em vista roteiros turísticos. A partir de Nóbrega (2007), este conceito é definido da seguinte maneira:

“Em tese, a política pública tem o objetivo maior, através das ações do governo, de promover o melhor nível de bem-estar-social e econômico de toda a sociedade e seus indivíduos, já que todos são iguais perante a lei, como assegura a Constituição Federal de 1988. A política pública está sujeita ao jogo das forças sociais e políticas da sociedade, percebendo-se que se configura como um roteiro de ações. O roteiro define qual o problema a ser solucionado na estrutura socioeconômica de uma determinada sociedade, indicando as ações e os instrumentos que deverão ser utilizados para se atingir tal finalidade.” (NÓBREGA, 2007, apud SILVA e SONAGLIO, 2013, p. 05)

A partir da citação acima, o autor menciona que o maior objetivo da política pública, é a promoção do melhor nível de bem-estar-social para toda a sociedade, posto isto, é possível compreender a diferença entre diretrizes e políticas públicas. Ou seja, apesar do discurso de que o turismo possa contribuir na melhoria e geração de renda, nem sempre estes resultados se dão na prática e de modo igualitário. Estes desencontros (entre política pública e diretrizes) se referem na medida em que, as diretrizes geradas através de roteiros turísticos, a partir de uma visão econômica, não visa a solução de problemas na estrutura socioeconômica a nível local.

Pensando na criação do roteiro turístico da Violeira a partir destas diretrizes gerais, acreditamos que a mesma não se define a partir de um problema a ser solucionado na estrutura socioeconômica local, pois não foi formulado ao nosso ver, para solucionar os problemas de bem-estar-social e econômico para todos os indivíduos do bairro. A partir desta perspectiva compreendemos que a política pública de turismo, conseguirá resultados satisfatórios, caso houver tanto o diálogo com a comunidade, como diagnóstico do local, definindo um compromisso em prol da solução de problemas na estrutura socioeconômica, assim como o diálogo e a

articulação de ações com outros setores, como a cultura, educação, planejamento e gestão territorial.

Capítulo 2

2. Da política Municipal de Turismo em Viçosa ao processo de criação do roteiro turístico da Violeira

Na tentativa de capturar identidades, a questão da escala é uma característica marcante sobre o território para o turismo, o olhar sobre o território reflete a tomada de decisões e estratégias a serem implementadas. O desencontro deflagrado entre política pública e diretrizes, também é explicitado sobre estratégias do turismo, através da perspectiva do global, a qual possui como tendência natural o olhar sobre o desenvolvimento do local, a uniformização do território, a qual se sobrepõe às dinâmicas e aspectos do lugar.

Neste sentido, na prática, a política de turismo municipal de Viçosa, reflete uma perspectiva do desenvolvimento do local, ou seja, de modo geral, a compreensão do turismo refere-se à noção de geração de renda. Reconhecemos que o roteiro turístico da Violeira surge a partir de ações já estabelecidas, porém é necessário evidenciar a ausência da noção de desenvolvimento do lugar, perante a implementação do roteiro turístico. O desenvolvimento do lugar refere-se as relações, projetos, ações já existentes no local considerando diversos aspectos, entre eles sócio econômico, cultural, natural e outros.

A partir da perspectiva do desenvolvimento do lugar, ou seja, reconhecemos fatores, sujeitos sociais e potenciais, fortalecendo ações já existentes e consolidando propostas e projetos em prol de melhorias para a comunidade do bairro. No capítulo três serão evidenciados alguns destes aspectos e potenciais para o roteiro turístico da Violeira.

2.1 Análise do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico em Viçosa

O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Viçosa, foi desenvolvido pelo departamento de Turismo, órgão responsável por estabelecer diretrizes, juntamente ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Estas diretrizes se referem a ações com o objetivo o desenvolvimento do setor. O município também possui o FUMTUR, Fundo Municipal do Turismo.

A Política Municipal de Turismo em Viçosa, é compreendida e instituída através do art. 2 da lei municipal nº 2008/10 e se baseia no Decreto 55/66⁴, instituído a partir da Política Nacional de Turismo. A partir de um paralelo entre estas duas leis, pode-se observar que a lei municipal, é muito similar ao decreto, porém houve a incorporação das palavras desenvolvimento social e cultural na Lei Municipal nº 2.088/10:

A política Municipal de turismo, a ser exercida em caráter prioritário pelo Município, compreende todas as iniciativas ligadas a indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Município. (Art. 2 da Lei Municipal nº 2010)

A partir do Plano de Desenvolvimento Turístico em Viçosa, de 2013 até 2015 foram definidas as seguintes Metas:

- Capacitar os atores locais para atuação em serviços turísticos, em curto e médio prazo;
- Dispor de infra estrutura adequada à população e ao turista em médio e longo prazo.
- Integrar o COMTUR às ações do Departamento de Turismo, e esta, às do Circuito Serras de Minas e aos demais segmentos sociais e cadeia produtiva do turismo;
- Promover o reconhecimento da população à importância da atividade turística para Viçosa, bem como, dos atrativos disponíveis;
- Fomentar o estabelecimento de parcerias entre poder publico, iniciativa privada e comunidade local, a curto e médio prazo;
- Organizar os atrativos, equipamentos e serviços turísticos do município, para formatação de roteiros turísticos devidamente qualificados.

⁴ Ver na página 14 Decreto-lei 55, Ato Complementar número 23, dia 20 de fevereiro de 1966, art.1

No que se refere ao ICMS turismo, em 2013 o município de Viçosa passou a receber tal incentivo todos os meses, no valor em média de R\$ 5.500 reais. Segundo a chefe do departamento de Turismo, a utilização deste recurso é decidida com a aprovação do COMTUR, e o destino deste recurso varia, apoiando desde a realização de da compra de materiais permanentes até a realização de atividades, pagamento de viagens, impressão de materiais gráficos, até formação de equipe técnica e outros.

O ICMS Turístico, de acordo com a Secretaria de Turismo do estado de Minas Gerais, atua como motivador e catalisador de ações, visando estimular a formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico, em especial os que se relacionam com as políticas para o turismo dos Governos Estadual e Federal. Ou seja, o ICMS, é um incentivo financeiro para a realização da gestão deste setor. Para ter direito ao repasse, o município deverá, anualmente, se enquadrar aos seguintes critérios obrigatórios:

- Participar de um circuito turístico reconhecido pela Setur, nos termos do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais;
- Ter elaborada e em implementação uma política municipal de turismo;
- Possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), constituído e em regular funcionamento;
- Possuir Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), constituído e em regular funcionamento;

As metas e ações referentes ao turismo em Viçosa, a partir da análise realizada com base do plano municipal, possui ênfase sobre o caráter econômico. Esta interpretação, é reforçada no item 6 do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Viçosa, o qual define como Missão, implementar o turismo como alternativa de desenvolvimento econômico em Viçosa, promovendo a geração de negócios, emprego e renda para melhoria da qualidade de vida no município. (p. 08).

É plausível questionar até que ponto os conceitos desenvolvimento social e cultural inseridos na lei municipal, não são somente incorporados no discurso, o qual apresenta-se um tanto quanto tímido na prática. É inevitável não duvidar da aplicabilidade deste discurso, através da política implementada no município, considerando a ausência de infraestrutura, acesso às atividades culturais, sem falar

na marginalização das comunidades rurais existentes próximas ao bairro.

“[...] Fazer da prática do turismo um possível veículo de melhoria da qualidade de vida das sociedades deve ser um compromisso da política pública. Enquanto, porém, esse compromisso não existir, não se poderá esperar do turismo mais do que ele é capaz de oferecer. (CRUZ, 2003, p. 115)

É notório que o turismo não permitirá a superação de todas as mazelas sociais. Entretanto, compreendemos que a cidade de Viçosa e o bairro da Violeira, possuem outros potenciais e demandas, as quais necessitam ser talvez rediscutidos junto à comunidade, bem como articulados a partir de diferentes setores e projetos. Ademais compreendemos que há certa escassez de referências bibliográficas na elaboração de planos e políticas públicas de turismo, porém elaborar uma política pública de turismo municipal instituída em 2010, a partir de uma política nacional de 1966, notabiliza certo anacronismo.

Entendemos que realizar o roteiro turístico da Violeira, a partir de um documento do Estado brasileiro, pode vir a acarretar problemas na obtenção de êxitos das atividades propostas para o roteiro, pois a elaboração de um roteiro turístico deve ser visto a partir do conhecimento e de um diagnóstico do local.

2.2 A criação do Roteiro turístico no bairro da Violeira

Em 2013 durante o planejamento em um dos encontros do COMTUR, a chefe do departamento de turismo Brenda Santunioni, relatou a intenção de criar um roteiro turístico em Viçosa com o objetivo de incentivar o turismo rural. Após algumas discussões, a EMATER⁵ apresentou a Violeira, para o departamento de turismo, sendo um local de potencial para o turismo rural, devido a presença de locais com potencial para a criação de um roteiro agroindustrial e cultural.

Em seguida, a partir do convite da EMATER, foi realizada no início do primeiro semestre de 2013, uma visita técnica em Venda Nova do Imigrante no estado do Espírito Santo, com o objetivo de conhecer as experiências locais do agro turismo. Segundo Brenda Santunioni (chefe do Departamento de Turismo de Viçosa) esta visita motivou muito a criação do roteiro turístico da Violeira e permitiu a interpretação de que as duas⁶ iniciativas do agro turismo existentes no bairro,

⁵ A EMATER possui uma cadeira no Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

⁶ Padaria Comunitária Mãos de fibra e a pequena agroindústria Boa Gula.

poderiam ser inseridas como atividades, para a promoção deste segmento turístico.

Em entrevista para o Programa Sala Livre, transmitido pela TV Viçosa em Setembro de 2013, Brenda Santunioni, comenta sobre a existência de locais, cujas atividades turísticas se encontram em um estágio mais consolidado e de infraestruturas adequadas, como por exemplo, as estradas rurais do bairro, “(...) relativamente boas (...)”, apesar do reconhecimento da necessidade de se fazer melhorias, eram fatores que impulsionaram a iniciativa de criação do roteiro em prol do turismo, em particular, na Violeira.

Devido a existência desta “infraestrutura” pré-existente, ou seja, os locais considerados turísticos, a chefe do departamento de turismo relata que o que faltaria a princípio seria a sinalização de placas dos locais turísticos e a impressão de materiais gráficos, bem como, a realização de trabalhos de apoio às atividades durante um ano, como por exemplo, o treinamento de guias turísticos. Ela ressaltava que isso seria importante para os grupos terem “autonomia” e continuassem as atividades através da criação do roteiro.

Entretanto, para a que autonomia desses grupos alcance resultados satisfatórios durante o processo de realização de ações ou atividades relacionadas à políticas públicas é necessário instituir parcerias, como por exemplo, da iniciativa privada, tanto no setor do turismo, quanto em outros setores. A efetivação de um plano de ações, de instituição de uma política de supervisão, assim como da incorporação das demandas da população local neste processo poderia potencializar de modo positivo expectativas em relação ao setor turístico ou até mesmo concretizá-las. No capítulo seguinte serão abordados aspectos referentes dos locais turísticos e dados coletados em campo

Capítulo 3

3.0 ROTEIRO TURÍSTICO

3.1 Aspectos referentes aos locais turísticos

O roteiro turístico da Violeira é constituído pela pequena agroindústria caseira Boa Gula e a padaria comunitária Mãos de Fibra, os ateliers de arte dos artistas

plásticas Elaine Fontes⁷ e Oswaldo Santana e a Casa da Mãe Jeane. (VER MAPA) Faremos em seguida, uma análise do processo de inserção destes locais no roteiro, problematizando alguns aspectos referentes a cada ponto turístico.

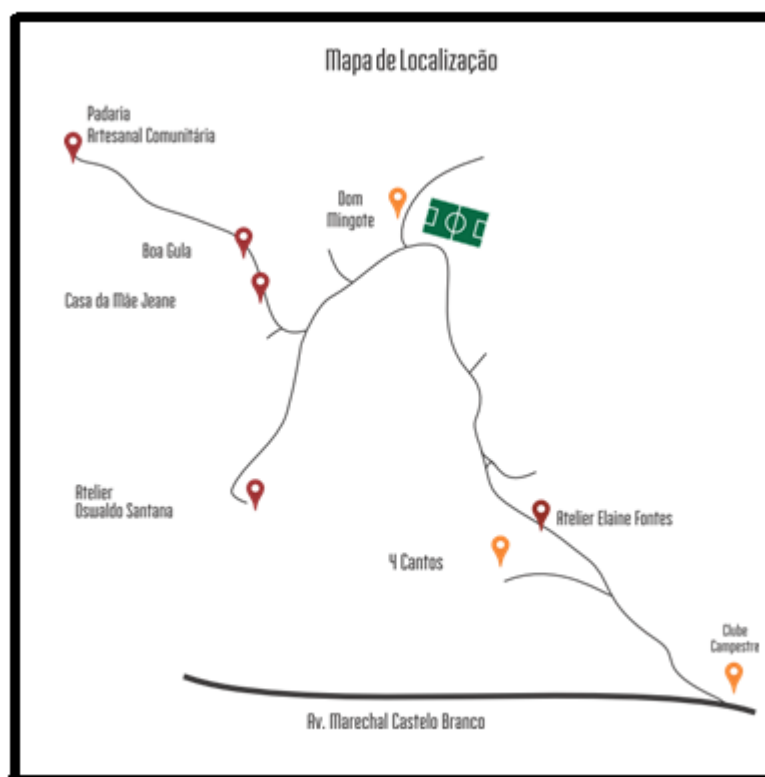


Figura 2: Mapa Representativo do Roteiro Turístico do bairro da Violeira – Viçosa- MG

Fonte: <http://www.vicosa.mg.gov.br/arquivos/roteiros/violeira> acessado em 23 de abril de 2014

Casa da Mãe Jeane

A inserção da casa da Mãe Jeane ocorreu através do contato do Departamento de Turismo com a atriz Jeane Doucas, o qual apresentou a proposta de criação do roteiro turístico em 2013. Durante o processo de criação do roteiro turístico, houve dois ou três encontros com os locais (pontos) considerados turísticos. Estes encontros tiveram como objetivo, realizar uma

⁷ Apesar de várias tentativas, não foi possível fazer a entrevista neste local, para a obtenção e análise de dados.

formação teórica, ou seja, promover a capacitação dos responsáveis e demais envolvidos, para serem os mediadores de cada ponto turístico, de modo que os mesmos fossem articulados para a ocorrência das visitas. Esta capacitação abordou alguns aspectos, como por exemplo, a metodologia a ser realizada durante as visitas nos pontos; a contextualização das atividades turísticas a serem promovidas através do roteiro, entre outros.

Estes cursos e encontros para o preparo e capacitação da equipe do roteiro turístico, ocorreram durante o segundo semestre de 2013, antes da Semana do Fazendeiro⁸. É importante relatar que o Departamento de Turismo divulgou o roteiro turístico da Violeira, através do Circuito Turístico Serras de Minas em um estande neste evento.

Tendo em vista o caráter cultural que a Casa da mãe Jeane adquiriu na localidade, ou seja, uma casa de eventos culturais, a responsável relata que criou estratégias para receber os visitantes na segunda quinzena do mês de Setembro, data da realização da Semana do Fazendeiro. Para receber os visitantes, ela criou uma forma de apresentar o seu trabalho, compilou alguns vídeos de arte, criou exposições de fotos, criou as pílulas de poesia, montou um cardápio e criou um figurino cênico de teatro.



Figura 3: DATA: 03-05-2014 – Acervo Pessoal – Estrada da Violeira – Sinalização dos locais turísticos do roteiro.

⁸ A Semana do Fazendeiro é um evento com o objetivo de promover o diálogo com a sociedade, com destaque para empresários e produtores rurais. Promovida pela Universidade Federal de Viçosa, todos os anos são realizadas várias atividades, entre elas, cursos técnicos, dias de campo, workshops, clínicas tecnológicas, a troca de saberes, semana da juventude rural, feira de artesanato, entre outras.

O objetivo de participação da Casa da Mãe Jeane no roteiro turístico, relaciona-se com a divulgação do espaço (do lugar) e das atividades, relacionadas à arte e a cultura. Visa também contribuir para a promoção de atividades culturais na cidade, já que há uma carência de atividades deste caráter em Viçosa.

O que foi relatado pela entrevista é que, a despeito da criação do roteiro turístico, por enquanto os objetivos não foram alcançados, tendo em vista que após a Semana do Fazendeiro, ninguém visitou o local através da articulação do departamento de Turismo do município. Neste aspecto a entrevistada disse que o Departamento se distanciou dos locais turísticos. Considerando que concretamente, o roteiro turístico da Viroleira, possui menos de um ano, é compreensível que os resultados esperados ainda não fossem alcançados.

Este distanciamento do Departamento de turismo, talvez se relacione com alguns fatores, entre eles: o despreparo da equipe de trabalho em dar continuidade às atividades iniciadas do roteiro turístico; a falta de incentivo às atividades culturais, já que o poder público local historicamente, muito pouco tem investido na promoção e valorização destas atividades; os interesses e conflitos políticos que não são explicitados, que envolvem recursos públicos;

Atelier Oswaldo Santana

Em 1992 Oswaldo Santana, artista plástico, retoma seus trabalhos artísticos em Viçosa, já com uma bagagem de artes plásticas bem estabelecida, principalmente trabalhos referentes à pintura e gravura, estabelecendo-se no bairro da Viroleira no início dos anos 2000. Ele relata que início o atelier funcionava dentro de sua casa e no fim de 2012 o mesmo finaliza a construção e inicia o funcionamento do local. O atelier é dividido em dois pisos, no primeiro piso o espaço possui bancadas e estruturas para a realização de oficinas com trabalhos manuais, pinturas, fabricação de tinta de solos e outras técnicas de arte. E no piso superior é utilizado para a produção de materiais gráficos, Oswaldo também trabalha com artes gráficas.

Assim como nos outros locais, o Departamento de turismo entrou em contato com o artista plástico Oswaldo Santana em 2013. A inserção do atelier teria como objetivo divulgar o trabalho artístico realizado e contribuir para a promoção do turismo na cidade. Em entrevista sobre o roteiro turístico, Oswaldo declara que tal proposta possa promover o desenvolvimento social, sócio econômico e cultural do bairro, desde que realmente se consolide como uma política pública. Para ele é possível que surjam novas iniciativas a partir do incentivo ao turismo na área, assim como sanar algumas demandas locais, como, por exemplo, a melhoria das vias de acesso e a realização de atividades na área cultural.

Pequena Agroindústria Boa Gula

Representada por Flavia Magalhães Valente, a pequena agroindústria Boa Gula teve inserção no roteiro turístico da Violeira através do contato da EMATER. A fabricação de alimentos sem glúten e sem lactose, torna-se o seu diferencial. Assim, como na maioria dos outros pontos turísticos, as visitas no local também ocorreram durante o mês de Setembro de 2013, próximo a data da Semana do Fazendeiro.

A visita ocorria através da apresentação e degustação dos alimentos produzidos. No dia da visita Flávia acordava bem cedo, para preparar os pães e bolos, com expectativa tanto de obter um número de venda considerável, para reembolsar seu trabalho, e gastos na elaboração do café da manhã. Assim como receber estudantes universitários, com o objetivo de divulgar o seu trabalho. Entretanto estas expectativas não foram ainda alcançadas. A partir dos relatos, apesar das visitas não estarem mais acontecendo, Flávia tem interesse em retomar com as visitas.

Padaria Comunitária Mãos de Fibra

A Padaria Comunitária Mãos de Fibra, se organiza a mais de oito anos na produção de pães, biscoitos e bolos. A princípio a produção ocorria de modo itinerante, ou seja, cada ano a produção e processamento dos alimentos eram realizados em uma casa de uma das mulheres integrantes do grupo. De acordo com

o relato da extencionista de bem estar social da EMATER de Viçosa, Vera Lúcia Fialho, a construção da sede da padaria foi realizada através da parceria entre comunidade, a qual concedeu o terreno. O governo de Minas, através do programa Minas sem fome, deu todo o equipamento e materiais necessário, de acordo com as normas da vigilância sanitária por meio a dotação orçamentária.

A inserção da Padaria Comunitária no roteiro turístico partiu das duas partes, ou seja, dos responsáveis pela Padaria Comunitária, junto ao Departamento de Turismo. Segundo Maria de Lourdes, presidente deste estabelecimento, a ideia inicial do grupo era estabelecer um ponto de venda na área central, garantindo maior visibilidade e incentivo para a compra dos produtos.



Figura 4: Data: 03-05-2014 – Acervo pessoal – Placa informativa do Roteiro Turístico da Violeira

As visitas no local, organizadas pelo Departamento de Turismo, iniciaram em Abril de 2013 e ocorreram até Setembro do mesmo ano. Através do roteiro, a expectativa do local refere-se à comercialização dos produtos, e o reconhecimento do trabalho do grupo. As visitas se basearam na apresentação do local e do trabalho realizado através da Padaria. Neste período as visitas ocorriam em média duas vezes ao mês.

A partir das ações desenvolvidas na padaria comunitária, poderíamos dizer que o

roteiro turístico da Violeira configura como uma política pública. Esta resposta se relaciona em específico através da participação da padaria no PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar). Através deste programa a padaria comunitária atende 2.556 crianças, em dezesseis escolas do município, distribuindo pães e bolos para a alimentação na merenda escolar.

A partir do relato da Presidente da Padaria Comunitária, o roteiro turístico da Violeira, do ponto de vista socioeconômico, poderá contribuir no futuro tanto para o bairro, com relação à melhoria de infraestrutura, ou a inserção de novas iniciativas no roteiro turístico, quanto a perspectiva de aumentar a renda gerada através dos produtos. Há ainda também, a expectativa dos produtos serem comercializados no centro da cidade, o que garantiria o aumento de geração de renda para as mulheres que trabalham na padaria.

3.2 Turismo rural, Violeira: limites e potencialidades

As ações do setor turístico rural no Brasil configuram atividades recentes, segundo RODRIGUES (2001), pois estas iniciativas se oficializaram a partir da década de 80. Ademais a autora ressalta uma imprecisão deste conceito, no que se refere à denominação de turismo rural, a qual parece estar vinculada à tentativa de classificações baseadas em parâmetros europeus, o que resulta em graves equívocos por se tratar de diferentes contextos.

O modelo de agro turismo criado no estado do Espírito Santo, analisado pela autora ocorre a partir da Proposta Piloto do Programa do Agroturismo (Sedes/ Seag, 1992), envolvendo oficialmente 11 municípios da chamada “Região Serrana Central”, entre eles o município de Venda Nova do Imigrante, o município se constituiu com a colonização italiana, atualmente foram inseridos outros municípios da região.

Segundo RODRIGUES (2001), no município de Venda Nova do Imigrante, estas atividades são erroneamente chamadas de agroturismo, devido a alguns motivos, entre eles o fato de os turistas não pernoitarem nestes locais, “(...) uma vez que para pertencer a essa modalidade (agroturismo), com base na classificação europeia, os turistas deveriam participar das lidas como força de trabalho, o que não ocorre no projeto em questão (...)” (Ibidem, p.109).

As atividades realizadas são passeios ditos ecológicos, torneios em campo de futebol e/ou em quadras poliesportivas, cavalgadas e visitas às plantações “(...)”. Segundo PORTUGUEZ, citado por RODRIGUES (2001) muitas dessas propriedades apenas vendem produtos de origem rural, tais como: massas, biscoitos, doces, bebidas, frutas, compotas, leite.

“[...] Tendo em vista esses elementos, a denominação dada pelos visitantes a esses empreendimentos é a de agrocomércio, termo bastante sugestivo, podendo ser adotado para a classificação desse tipo de comércio ligado à venda de produtos artesanais na zona rural [...]” (Ibidem, p. 109).

Ao compararmos as características do roteiro turístico de Venda Nova, que serviu de modelo para a implantação do roteiro da Violeira observamos características distintas. Ou seja, enquanto que em Venda Nova do Imigrante estas atividades se iniciaram através da iniciativa dos produtores rurais, os quais já produziam seus alimentos e produtos, e em consequência as atividades turísticas foram se desenvolvendo, em Viçosa o roteiro turístico surge através da iniciativa do poder público local. As atividades em Venda Nova se consolidaram por meio da Associação dos Agricultores, e posteriormente com o Programa de Agroturismo citado anteriormente.

Em Viçosa a criação do roteiro turístico da Violeira, ocorre através do incentivo do poder público local, antes mesmo de existir um fluxo de “turistas”. O que se quer evidenciar é que a partir da comparação entre as experiências destes lugares, além das características do ambiente e cultural se diferirem, as experiências da Padaria Comunitária e da pequena agroindústria Boa Gula, também se diferem do agro turismo de Venda Nova do Imigrante.

Ou seja, é preciso ressaltar que apesar da importância de conhecer experiências motivadoras neste segmento turístico, como o caso, Venda Nova do Imigrante, isso não significa necessariamente que implementar um roteiro turístico em um outro local que possui características distintas, como é o caso Viçosa terá êxito. E talvez este êxito a partir do turismo enquanto uma política pública se revela, quando são observadas as particularidades do local e diagnosticadas junto à comunidade do bairro.

Em seguida será evidenciado alguns aspectos referentes ao bairro da Violeira, entre eles o perfil turístico do bairro, considerando o conceito de Paisagem.

Tal análise será feita a partir da opinião dos moradores do bairro em relação ao seu potencial turístico, e o questionamento dos locais e atividades contempladas e as que não estão inseridos no roteiro.

3.2.1 A apropriação da Paisagem através do Turismo

A demanda turística por ambientes naturais é decorrente de diferentes fatores, entre eles, devido a busca por novas formas de capitalização da paisagem e a crescente urbanização, a qual em muitas cidades brasileiras descaracterizou as paisagens naturais em função de novos usos do solo. A cidade necessita de estruturas funcionais que promovam a organização tanto de pessoas, quanto de serviços. Neste sentido habitações, serviços, polos de conhecimento, indústrias e outros, se materializam no espaço geográfico constituindo paisagens culturais, substituindo paisagens naturais, as quais a priori, existiam anteriormente. A partir de SANTOS a paisagem é definida como:

“A paisagem resulta do arranjo espacial de sistemas de objetos (naturais e sociais). Ela contém o espaço, sendo também por ele contida. Enquanto cada paisagem restringe-se a uma determinada distribuição espacial das formas-objetos, o espaço resulta da “intrusão” da sociedade nessas formas-objetos” (SANTOS, 1996:83, apud, CRUZ, 2002, p. 17)

A valorização das paisagens naturais em meios ditos “rurais” e o rompimento da rotina vivenciada nos meios urbanos são retomados através do discurso turístico, o qual valoriza e dissemina a ideia de que a melhor forma de se conseguir esta ruptura é através da mudança física de lugar. “(...) A essa constatação há que se acrescentar que é o fator “paisagem” aquele que melhor indica ao turista essa tão desejada mudança de lugar (...)” (Nogué i Font, 1989, apud, PIRES, (2001), p. 127).

O conceito de Paisagem possui uma abordagem polissêmica. A partir de PIRES (2001), este conceito tem como base a percepção. Ou seja, “(...) A percepção da paisagem, é portanto, influenciada pelas próprias características filosóficas do ser humano, pelo seu caráter e personalidade e, também, por suas influências sociais e culturais (...)” (p. 118). Através de Jordana (1992), citado por PIRES (2001), a percepção individual da paisagem é um ato criativo, o qual é condicionado a três fatores básicos: fatores inerentes ao próprio indivíduo, como por exemplo, formas de observar e mecanismos de associação de imagens; fatores educativos e culturais condicionantes e fatores emotivos, afetivos e sensitivos, ou

seja, relações do observador com o meio (p. 118).

Neste sentido, consideramos que a paisagem torna-se talvez o principal enfoque do discurso turístico, o qual se utiliza de valores perceptivos e culturais, que abrangem aspectos subjetivos derivados da paisagem, tais como:

“[...] sensação de mistério, valor cultural, histórico e, sobretudo, cênico, e o *valor naturalístico*, que é o mérito de uma unidade paisagística em razão do estado de conservação dos ecossistemas que contém ou à presença de espécies animais ou vegetais notáveis [...]” (PIRES, 2001, p. 121).

No que se refere ao uso do solo, a paisagem rural é determinada a partir de três situações: a primeira refere ao aspecto extensivo, normalmente caracterizado por pastagens naturais, a segunda identifica o aspecto intensivo, ou seja, latifúndios e monoculturas, caracterizando certa monotonia paisagística. E a terceira situação refere ao aspecto diversificado representado por pequenas e médias propriedades com atividades agrícolas comerciais e de subsistência, com presença de traços étnicos-culturais marcantes (Ibidem, p. 124). Podemos dizer que a primeira e a terceira situação caracterizam o bairro da Violeira devido à característica paisagística encontrada no local.

A inclusão do bairro da Violeira no Circuito Turístico Serras de Minas, deve-se em grande medida pela incorporação dos atributos da paisagem natural, que apesar do crescimento urbano no bairro, ainda preserva marcas e características do meio rural.



Figura 5: Data: 16-05-2013 – Acervo pessoal – Rua Lino Lopes Rosado – Bairro Violeira. Observa-se mata ciliar, moradias, plantios de bananeiras e mandiocas.

Apesar destes aspectos do meio rural não estar totalmente contemplada, considerando as transformações no bairro em decorrência do crescimento urbano, os resquícios tanto da paisagem natural, quanto de outros elementos que remetem ao universo rural, atraem muitos professores e estudantes universitários em busca de moradias no bairro. Tal procura está relacionada a necessidade de sustentar um estilo de vida conectado com a natureza, reforçando valores ecológicos e identitários. Estes valores remetem à apropriação afetiva com a natureza, e em consequência com o lugar. É relevante explicitar que devido a esta relação afetiva com o lugar, alguns projetos se desenvolveram com o objetivo tanto de preservação, quanto da tentativa de solucionar problemas do bairro, como por exemplo o Projeto Violeira Limpa, realizado a partir de 2003 por iniciativa dos moradores, com o objetivo de solucionar os problemas gerados pelo lixo produzido no bairro.

A superação da apropriação da paisagem através do turismo, ou seja, da ideia do território como recurso, só será possível na medida em que, os usos sociais do lugar fizerem parte das discussões sobre formas de desenvolver o lugar. Por isso que a leitura do território torna-se primordial para conectar as ações, relações, projetos, setores e sanar as demandas locais.

3.2.2 O retorno do desencontro: Política pública de turismo e a participação dos moradores da Violeira na constituição do Roteiro Turístico

Este item tem como objetivo compreender qual o conhecimento, participação e identificação dos moradores do bairro da Violeira com relação ao roteiro turístico. Estes aspectos podem ser observados nesta pesquisa por meio dos dados obtidos através dos questionários realizados.

Dos 30 moradores do bairro que participaram da pesquisa, deste total, 17 pessoas conhecem o roteiro proposto. Desta parcela, 15 pessoas que conhecem o roteiro turístico, algumas só conhecem parcialmente, outras já ouviram falar em um ponto e outro. Há também aqueles que conhecem devido às placas, ou seja, sabem que existe, mas não conhecem porque a programação não foi divulgada. De modo geral, é possível identificar que a maioria dos moradores que conhecem o roteiro, possuem ensino superior, este dado nos revela novamente a ausência de

apropriação ou identificação por parte dos moradores mais antigos ou nativos do bairro, quase todos sem acesso a educação.

Sobre a participação no processo de elaboração do roteiro turístico, foi questionado aos moradores se houve consulta popular no bairro. As respostas dadas assinalam que 26 pessoas não foram informadas e não participaram neste processo de elaboração do roteiro, somente uma pessoa respondeu que participou⁹. A Associação de Moradores e Amigos da Violeira, também não foi informada formalmente da criação do roteiro turístico do bairro.

Analisando a participação dos moradores, AVILA (2009) ressalta a importância de participação da comunidade no planejamento neste setor, para que haja êxito no processo de desenvolvimento turístico. O caso da Violeira demonstra que essa etapa não foi realizada como podemos observar na tabela abaixo.

Você sabe se houve consulta popular na elaboração do roteiro turístico? Você participou?

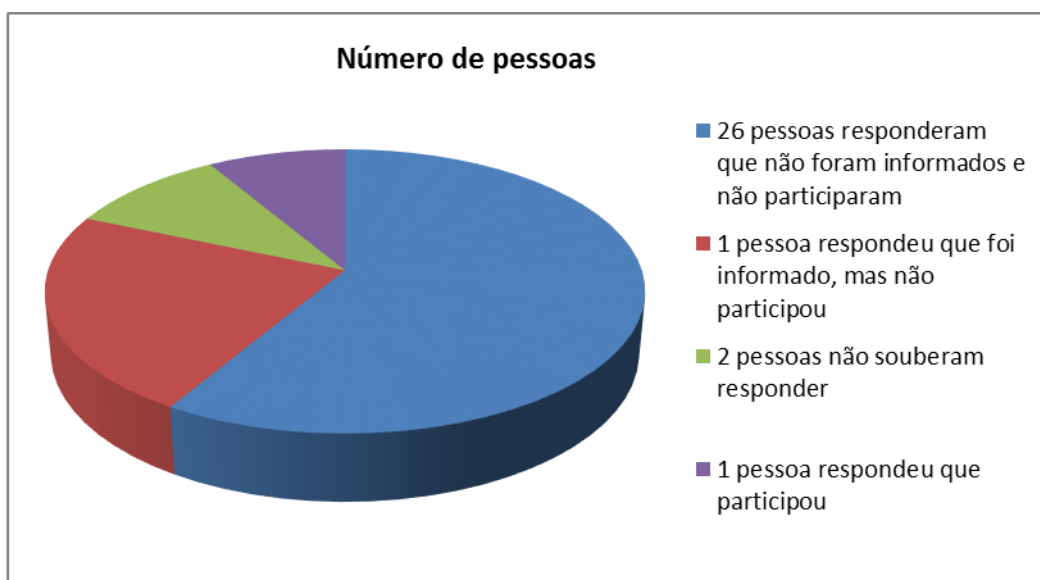


Figura 6: Gráfico – Representação de resposta de questionário semi estruturado

Com relação a identificação do bairro, enquanto um local turístico, dos 30 moradores, 19 pessoas responderam que não consideram a Violeira um local turístico, devido a diversos motivos, entre eles, devido à ausência de lugares

⁹ Esta pessoa trabalha como funcionário público. Isto acarreta a levantarmos alguns indícios sobre a centralização na tomada de decisões sobre a política pública de turismo do poder público local.

atraentes, como uma praça, ou uma área de convivência, por exemplo. Os locais turísticos do roteiro também foram desconsiderados como locais turísticos, devido, por exemplo, a ausência de preparo para que os turistas sejam recebidos nos locais, visto que os locais são privados e a visita, segundo o Departamento de Turismo, ocorre via agendamento prévio.

É importante sinalizar que a maioria das pessoas não consideraram o bairro como um local turístico, mas acreditam que o roteiro possa contribuir para melhorias no bairro. Ou seja, o que se deseja ressaltar é que durante a aplicação dos questionários, a maioria das pessoas do grupo comentaram que a falta de infraestrutura no bairro era um fator que dificultaria o turismo no bairro. Esse fator se relaciona com um antigo conflito entre os moradores que são a favor de preservar a paisagem natural do lugar e acham necessário discutir e refletir sobre o modo de ocupação e uso do solo, em contraposição ao grupo de moradores que tem interesse e reivindicam o calçamento das ruas, haja vista de que com a implantação destas estruturas urbanas, ocorrerá a valorização dos imóveis, entre outros aspectos.



Figura 7: 03- 04 – 2014 - Acervo Pessoal – Av. Quin Quin Fontes - bairro Violeira

Quando foi perguntado para os moradores sobre a existência de lugares considerados turísticos, 10 moradores responderam que não há locais turísticos no bairro. Tal afirmativa relaciona-se principalmente com fatores já enunciados logo acima: falta de infraestrutura e atrativos turísticos principalmente. A partir dos

relatos, observa-se que a Casa da mãe Jeane e a Padaria Comunitária foram os locais mais conhecidos¹⁰. A partir disso, considerando o roteiro turístico, suspeita-se que talvez estes locais dialoguem com mais facilidade com a comunidade do bairro.

Com objetivo de verificar o conhecimento sobre este diálogo do Departamento de turismo com os moradores, foi perguntado, se havia conhecimento sobre o roteiro, antes da colocação das placas, 22 moradores responderam que não foram informados sobre o roteiro. Apenas 3 pessoas responderam que tinham conhecimento da proposta, entre elas 2 pessoas, sendo que uma pessoa trabalha como funcionário público e outra é estudante da UFV, ou seja, as mesmas participaram das discussões no Conselho de Cultura, o qual tem como foco discutir sobre propostas e projetos referentes a cultura.

Ao questionarmos sobre a identificação cultural, no que se refere aos locais turísticos propostos pelo roteiro, do total de moradores, 12 responderam que se identificam e 18 pessoas responderam que não se identificam com os locais turísticos. Deste total de moradores que não se identificam, 14 pessoas responderam que não se identificam, devido ao desconhecimento sobre as atividades, as outras 4 pessoas não se identificam por motivos diversos. Das 12 pessoas que se identificam, com o roteiro turístico, desta parcela, 7 pessoas responderam que se identificam com alguns dos pontos, como por exemplo, os *ateliers* e a casa da Mãe Jeane, devido ao trabalho realizado com arte e a padaria comunitária. As outras 5 pessoas se identificam com o roteiro, devido a motivos diversos, como por exemplo a expectativa de melhorias para o bairro.

A partir dos dados obtidos nos questionários realizados com os moradores e das entrevistas realizadas com os agentes promotores das atividades turísticas dos pontos turísticos, há muitas expectativas com relação às contribuições que o roteiro possa trazer para o bairro. Como por exemplo, na valorização das atividades que possam refletir de forma positiva na autoestima dos moradores; valorizar a diversidade de produtos produzidos no bairro; no incentivo para o exercício da preservação do bairro; construir vivências coletivas e discutir as questões sociais

¹⁰O fato destes lugares serem conhecidos, não relaciona-se aqui ao termo frequentado. Haja vista que os locais não são abertos para a comunidade em tempo integral. Pois segundo o departamento de turismo, para conhecer os locais é necessário agendamento prévio.

existentes no bairro, como por exemplo, problemas relacionados à melhoria das vias de acesso e assuntos referentes ao lixo. Ou seja, o roteiro traz a expectativa de melhoria destes aspectos, já que para alguns moradores o bairro teria maior visibilidade.

Tendo em vista os dados analisados, e considerando o conhecimento e participação dos moradores do bairro sobre o roteiro turístico da Violeira, interpreta-se que esta política pública de turismo, não se valeu da participação popular dos moradores. Interpreta-se também a partir dos dados, indícios de que, o conhecimento sobre o roteiro por parte dos moradores ficou restrito aos moradores direta e indiretamente envolvidos no processo, ou seja, que possuem alguma relação com os grupos que discutiram e implementaram esta política. Tendo em vista este quadro conclui-se que durante o processo de criação do roteiro turístico da Violeira, não houve a participação ou a realização de consulta popular com os moradores do bairro.

A análise da situação vivenciada no bairro assinala que a política pública de turismo implementada através do roteiro turístico da Violeira denota a tentativa de adaptações de políticas que não tiveram como alvo, a consulta da população e o reconhecimento holístico sobre o bairro. Ou seja, o reconhecimento de ações, projetos, demandas e questões, as quais através do turismo poderiam estabelecer ações e diálogos.

A implementação da política pública de turismo rural, de modo geral, ocorre via o incentivo e apropriação da paisagem, esta apropriação se baseia na valorização da paisagem natural, ou até mesmo na produção de discursos, os quais se referem a relações de produção a partir da natureza, como por exemplo, o “agroturismo”. Nesse sentido, com o objetivo de romper com a ideia de território, somente como recurso, no próximo item deste trabalho, serão evidenciados outros locais turísticos, com objetivo da valorização de usos sociais, a partir do olhar da comunidade do bairro.

3.2.3. Violeira: por uma outra possibilidade para o turismo

Este trecho da pesquisa tem como objetivo identificar outros locais que não estão

inseridos no roteiro, mas que foram relatados como locais turísticos pelos moradores. Tal aspecto revela como os moradores se identificam com o bairro e sua relação com a paisagem. A partir dos relatos são revelados outros olhares e recortes espaciais, sugerindo tanto paisagens diferenciadas do roteiro proposto, como formas particulares de apreensão do valor que determinados grupos dão a determinados lugares. Para explicitar de forma mais organizada na estrutura do texto, estes locais relatados foram definidos em itens segundo os apontamentos dos moradores:

- Os topos de morro, possibilitando a vista panorâmica do bairro e da Serra do Brigadeiro;
- O Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), o qual representa uma referência na Zona da Mata Mineira na realização de trabalhos relacionados à Agroecologia, e de assistência técnica em propriedades familiares na região.
- O Bar e o Campo de Futebol Miguel Umbelino de Magalhães e o espaço de Eventos Domingote, considerando o local de realização de eventos, um espaço amplo e com infraestruturas (palco, área de convivência e banheiros) para a realização de atividades e apresentações.
- O Condomínio sem Domínio, devido à ocupação diferenciada, ou seja, os tamanhos dos lotes e a preservação de grande parte da vegetação da área, além da utilização de técnicas diferenciadas na construção de moradias, como por exemplo, a utilização de madeira na estrutura, teto solar e outros. O Con-domínio da Mata Atlântica, também é outro exemplo, devido a utilização de técnicas que potencializam a utilização de recursos como por exemplo, a captação da água da chuva através de teto verde e sistemas de drenagem facilitando o escoamento da água da chuva.
- A Igreja localizada na Rua Lino Lopes Rosado, a qual compreende ser o lugar de encontro da comunidade durante os cultos.
- O ETA II – Estação de tratamento de água, tendo como manancial o Rio Turvo, com capacidade diária de 150 litros/segundo.

Outros locais e pessoas que trabalham com artes manuais também foram citados durante a realização do questionário: as doceiras do Zig-Zag; os trabalhos de madeira feitos pelo artesão Juninho; os trabalhos manuais feitos pelas

educadoras do espaço Florescer, tendo como princípio a pedagogia Waldorf¹¹. Além da antiga sede da Comunidade do Bueié¹², construída com objetivo de apoiar as atividades culturais da Comunidade, entre elas os Tambores do Bueié. Atualmente a sede encontra-se desativada, devido a vários fatores, inclusive ao fato de que a sede encontra-se inacabada.

As ações e atividades de muitos destes lugares não tem como princípio belezas cênicas. Alguns locais como, por exemplo, o Domingote, além de ser um espaço de convivência, possui como essência o referencial econômico, ou seja, o espaço tem como objetivo a venda de bebidas e alimentos e aluga o espaço para festas esporadicamente. Entretanto o local de espaço de eventos, segundo alguns moradores tem grande potencial para a realização de atividades culturais e de integração da comunidade¹³.

Nos lugares: CTA, ETA II e os topos de morro, em especial o topo de Morro da Jiboia podemos considerar, segundo as falas dos moradores um grande potencial turístico pedagógico e cultural, devido (principalmente) a presença da UFV, e a grande demanda de estudantes que se estabelecem na cidade para estudar. Ou seja, são locais que poderiam não só promover ações e práticas de envolvimento com a comunidade do bairro, mas também integrar ações e práticas de reconhecimento das dinâmicas naturais, como, aliás, já foi observado algumas vezes no Morro da Jibóia¹⁴ para explicitar aspectos Geomorfológicos a partir da Serra do Brigadeiro e no ETA II (Estação de Tratamento de Água), para estudantes técnicos em Meio Ambiente, para o conhecimento sobre o processo de tratamento de água. Atualmente as visitas para o reconhecimento da dinâmica do tratamento de água da cidade, são realizadas no ETA I, localizada no centro da cidade.

Os Condomínios também podem contribuir a partir de diferentes aspectos

¹¹ A partir do site da federação das escolas Wardof, desenvolvido por Rudolf Steiner em 1919, o ensino Waldorf baseia-se em uma abordagem que trata das necessidades e do desenvolvimento da criança em crescimento e do adolescente na fase de amadurecimento. Os professores Waldorf empenham-se em transformar o ensino em uma arte que eduque a criança como um todo – o fazer, o sentir e o pensar.

¹² Apesar de não fazer parte do bairro da Violeira, a comunidade do Bueié localiza-se próximo do bairro. As atividades com os Tambores do Bueié não existem atualmente, porém os jovens sentem a necessidade de reiniciar as atividades e procuram até hoje o músico e professor Cássio Alexandre Fernandino (Thiaga) para retomar a coordenação das atividades.

¹³ Segundo Marieta, proprietária do espaço de eventos Domingote e do Campo de Futebol, o surgimento do bar ocorreu quando ela vendia cachaça na janela de casa, para os jogadores de futebol há cinquenta anos atrás.

¹⁴ Grifo meu. Já foi observado a presença de estudantes e professores da UFV, em aulas de campo no local.

pedagógicos, como por exemplo, para a reflexão sobre o uso e ocupação do bairro, tendo em vista os conflitos e as mudanças em decorrência do crescimento de moradias construídas no bairro. Assim como a igreja, pode configurar um ótimo espaço de integração para os moradores discutirem as demandas do bairro¹⁵.



Figuras 8, 9,10: Acervo Pessoal, Maio de 2014

Topo de morro da jibóia - bairro Violeira - com vista panorâmica para a Serra do Brigadeiro



Figura 9

Área Externa do espaço de eventos Domingote - bairro Violeira

¹⁵ Tal afirmação foi inspirada no filme “o inglês que subiu uma colina e desceu uma montanha” . título original: “Englishman Who Went Up a Hill and Came Down a Mont” (1995). O filme retrata a união dos moradores na realização de algo em prol da comunidade. A partir do filme podemos perceber o potencial da igreja como espaço de discussão.

Figura 10



Área externa do CTA - Centro de Tecnologias Alternativas



Casa com telhado verde - Con- Dominio Mata Atlântica - bairro da Violeira

Figura 11: Acervo Pessoal,
Maio de 2014

Tendo em vista os relatos a partir dos questionários, podemos inferir que o roteiro turístico do Bairro da Violeira, além de não consultar a população local do bairro, ele também não contempla diferentes grupos e iniciativas artísticas e de caráter educativo, cultural ou pedagógico existentes, que poderiam estar inseridos no roteiro turístico. É notório que o roteiro turístico implantado possui (principalmente) como princípio e como estratégia, contemplar os locais com apelo de consumo de produtos produzidos, reproduzindo-se ao discurso economicista do turismo. Entretanto MOLINA, citado por AVILA (2009), denota a necessidade de transcender este caráter:

“[...] Corroborando com Molina, atenta-se para a necessidade de ampliar o âmbito do planejamento do turismo, transcender o meramente econômico, estabelecendo um compromisso mais sério com os aspectos culturais, ambientais e socioculturais do turismo. Deste modo os planejadores atuam como agentes que planejam com e não para,

possibilitando que a comunidade se sinta privilegiada e envolvida nas questões concernentes ao próprio destino [...]” (Ibidem, p.26)

A ausência de diagnóstico prévio do bairro, considerando as relações, as ações, e práticas já realizadas no local, desperdiça a possibilidade de potencializar ações que possam distribuir melhorias para o bairro e para a comunidade. Por isso, a partir de algumas ações e locais existentes no bairro, explicitadas anteriormente, tal roteiro não conferi uma representabilidade para o bairro e para grande parte dos moradores da Violeira.

A partir de OLIVEIRA e QUEIROZ (2009), no estudo sobre políticas públicas de turismo, os autores evidenciam a relevância na elaboração de políticas para o turismo municipal, assim como o conhecimento prévio da realidade local, regional, nacional e o envolvimento dos diversos setores da sociedade. Porém o planejamento não é sinônimo de que as ações se efetivarão como foi explicitado neste estudo de caso. Devemos considerar que muitas ações planejadas podem não ser operacionalizadas, devido a conflitos ou interesses políticos partidários, os quais se sobrepõem aos interesses comunitários.

Considerações Finais

O turismo apresenta-se como uma política territorial, ele redefine usos e funções. A realização destas ações por meio deste setor deve considerar quem produz, quem consome e quem vive em um determinado local turístico. Entretanto através das análises realizadas, observa-se que o turismo também pode hierarquizar determinados lugares, ou seja, enquanto alguns lugares adquirem valor, outros perdem. Pensar o turismo enquanto política pública é pensar numa política que não crie estas distinções entre os locais.

Apesar da ausência na participação da comunidade do bairro da Violeira, bem como de articulação entre diferentes setores, a implementação da política pública de turismo na Violeira demonstra potenciais, na medida em que a mesma transcende o caráter econômico do discurso turístico, o qual reforça a ideia do valor de uso do território, a partir da apropriação da paisagem. Todavia, o discurso revelado nesta pesquisa refere-se a possibilidade de incorporar: a participação da comunidade, a

leitura sobre o território, revelando a identidade do local, bem como, a articulação de diferentes setores na criação e desenvolvimento do turismo de base local.

Contudo devemos insistir que a formulação de propostas em prol de melhorias para o bairro, valorizando ações locais, relações socioculturais e projetos já estabelecidos ou em construção, coloca em vigor a produção do território a partir de outros princípios, que não somente os econômicos. Ademais, a consolidação destas propostas só demonstrará êxito quando houver a apropriação por parte, tanto da comunidade local, assim como, o compromisso de investimentos de diferentes agentes, entre eles os atores econômicos, instituições de ensino, junto ao Estado. Lembra-se que na maioria das vezes, os resultados através de políticas públicas se dão em longo prazo, ou seja, os resultados demoram algum tempo para serem alcançados.

No que se refere aos locais turísticos sugeridos como potenciais culturais e pedagógicos neste estudo considera-se que eles possam constituir uma nova seara, em prol do estímulo e da ampliação de análises no que diz a respeito as políticas públicas de turismo e na gestão de territórios através da participação e envolvimento dos agentes locais.

Referências Bibliográficas

AVILA, Marco Aurélio – Política e Planejamento em Cultura e Turismo: Reflexões, Conceitos e Sustentabilidade in: Política e planejamento em cultura e turismo/ Marco Aurélio Avila (organizador). – Ilhéus: Editus, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo – Plano Nacional de Turismo 2013- 2016. Brasília, DF: 2013. p.56.

BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes. Brasília, DF: 2013.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da, CORRÊA, Roberto Lobato – organizadores - Geografia Conceitos e Temas – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Circuito Turístico Serras de Minas – Diagnóstico – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE – Belo Horizonte, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia – Política de turismo e território/ Rita de Cássia cruz. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2002. – (Coleção Turismo)

_____. Introdução à geografia do turismo / Rita de Cássia Ariza da Cruz. – 2. Ed. São Paulo: Roca, 2003.

MOLINA, S. **O Pós-Turismo**. São Paulo: Ed. Aleph, 2003. In: ARAÚJO, Guilherme P. de e GELBCKE, Daniele Lima – Turismo Comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento – Turismo Visão e Ação - Revista Científica do programa de pós- graduação em administração e turismo Universidade do Vale do Itajaí, v. 10, nº 03.p. 357 – 378, set/dez. 2008.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça - **Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. In: SILVA, Josefa Evaniêlda e SONAGLIO, Kerlei Eniele - A dinâmica do “Roteiro Seridó” em Currais Novos\ RN – Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 13, n.3, p. 391 – 408,

dez. 2013.

OLIVEIRA, Silvana Toledo de e QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado- Políticas públicas e Turismo Sustentável: O Caso de Governador Valadares – MG in: Política e planejamento em cultura e turismo/ Marco Aurélio Avila (organizador). – Ilhéus: Editus, 2009.

PEIXOTO, Paulo - “Conversas à volta das estrelas”. Campo europeu do patrimônio. Souto Bom, Tondela. Texto elaborado no âmbito do projeto de investigação “Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana”, 1998.

PIRES, Paulo dos Santos – A paisagem rural como recurso turístico in: Turismo rural: práticas e perspectivas / Adyr Balastrieri Rodrigues (organizador). – São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo Contexto)

Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Viçosa – Prefeitura Municipal de Viçosa- Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico – Viçosa –MG – 2013

RODRIGUES, Adyr Balastrieri- Turismo rural: realidade e porvir in: Turismo rural: práticas e perspectivas / Adyr Balastrieri Rodrigues (organizador). – São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo Contexto)

SILVA, Fernanda Cristina da. et al. - Políticas Públicas de fomento à atividade turística: Resultados da Implementação do Circuito Turístico – Parque Nacional da Serra do Cipó – MG. In: Revista de Ciências Humanas, Vol. 8, N 2, p. 223 – 241, Jul./ Dez. 2008.

Mídia Eletrônica

Programa Sala Especial, produção: Lucas Gandra, Direção: Marcel Angelo / Viçosa – MG Viçosa – canal aberto nº 13 - uma emissora da FRATEVI – Fundação Rádio e TV educativa cultural de Viçosa, 2013. 1 Disco Digital Versátil 9 28 minutos) DVD,

son., col.

Sites pesquisados

<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html> acesso em 09 de Abril de 2014

<http://www.turismo.mg.gov.br/icms-turistico> acesso em 09 de Abril de 2014

<http://www.serrasde Minas.org.br/> acesso em 09 de Abril de 2014

<http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas> acesso em 16 de Abril de 2014

<http://www.vicosa.mg.leg.br/legislacao/leis-municipais/2010/LEI%20No%202.088-2010.pdf> acesso em 01 de maio de 2014

<http://www.federacaoescolaswaldorf.org.br/artigos/artperg.htm> acesso em 17 de Maio de 2014

http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/ebook/index.html#p=6 acesso em 03 de Julho de 2014

ANEXOS

ANEXO A

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

Decreto Nº 448, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1992

Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 84, inciso IV, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - A Política Nacional de Turismo tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, e será formulada, coordenada e executada, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, pela EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo.

Art. 2º - A Política Nacional de Turismo observará as seguintes diretrizes no seu planejamento:

I- a prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País;

II- a valorização do homem como o destinatário final do desenvolvimento turístico.

Art. 3º - A Política Nacional de turismo tem por objetivo:

I- democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem estar das classes de menor poder aquisitivo:

II- reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda;

III - aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no país, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial remissivo em nível internacional;

IV - difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades de Federação e beneficiar especialmente as regiões de menor nível de

desenvolvimento;

V - ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socioeconômicas regionais e municipais;

VI - estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação;

VII - estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento da permanência dos turistas.

Art. 4º - O Poder Público atuará, através de apoio técnico e financeiro, no sentido de consolidar a posição do turismo como instrumento de desenvolvimento regional, de forma a reduzir o desequilíbrio existente entre as distintas regiões do País.

Art. 5º - A Iniciativa privada caberá a prestação dos serviços turísticos, devendo o Governo Federal apoiar essa atividade, bem assim exercer ações de caráter supletivo.

Art. 6º - Os projetos de empreendimentos, obras ou serviços específicos que visem o desenvolvimento da indústria do turismo, previsto no inciso V do artigo 3º da Lei nº 8.181, de 1991, ficam equiparados aos de instalação e ampliação de indústria para efeito de acesso a financiamentos concedidos pelas instituições financeiras oficiais, obtenção de incentivos do Estado, bem como outras vantagens concedidas ao setor industrial.

Art. 7º - As entidades oficiais de crédito e agências de desenvolvimento regional, observadas quanto a estas os planos regionais de desenvolvimento, deverão submeter, previamente, à aprovação da EMBRATUR os projetos de empreendimentos, obras ou serviços que visem desenvolvimento da indústria do turismo por elas financiados.

Parágrafo único - As entidades referidas, bem assim as que concedam incentivos ou estímulos ao turismo, deverão firmar convênios com a EMBRATUR a fim de operacionalizar o disposto no "caput" deste artigo, conforme o inciso VII do artigo 3º da Lei nº 8.181, de 1991.

Art. 8º - O funcionamento e as operações creditícias e financeiras do Fundo Geral do Turismo - FUGENTUR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.191 de 27 de outubro de 1971, alterado pelo Decreto -Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975, serão regulados pela EMBRATUR, observadas as diretrizes gerais da política monetária nacional.

Art. 9º - As atividades, planos, programas e projetos que envolvam atividade turística, desenvolvida por órgãos ou entidades da Administração Federal, deverão ser objeto de consulta prévia a EMBRATUR.

Art. 10 - A EMBRATUR utilizará, mediante delegação ou convênio, os serviços das representações diplomáticas, econômicas e culturais do Brasil, no exterior, para a execução de suas tarefas de divulgação e informações turísticas nacionais, bem

como para a prestação de assistência turística aos que dela necessitarem.

Parágrafo único - O Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria do Desenvolvimento Regional firmarão Convênio com o objetivo de viabilizar a integração operacional de que trata o "caput" deste artigo, bem assim o fomento da oferta turística e o intercâmbio tecnológico.

Art. 11 – Os órgãos e entidades públicos, cujas atribuições estejam ligadas à pesquisa e compilação de dados sobre o fluxo de viajantes e o uso de serviços e equipamentos turísticos, deverão fornecer informações à EMBRATUR, quando solicitados, para fins de estatísticas, análise e planejamento turístico.

Art. 12- As entidades: do Governo Federal que controlam e administram parques nacionais, bens patrimoniais e culturais com valor turístico, deverão firmar convênio com a EMBRATUR visando seu aproveitamento turístico, respeitadas as normas de proteção e preservação.

Art. 13- Fica a EMBRATUR autorizada a criar um Conselho Consultivo com a finalidade de cooperar com a sua Direção, da Política Nacional de Turismo, e quanto às soluções para os diversos aspectos institucionais, estruturais e conjunturais, tanto no que diz respeito no Poder Público, quanto iniciativa privada.

Parágrafo Único - A composição, atribuições e o funcionamento do Conselho Consultivo de Turismo - CONTUR serão definidos pela EMBRATUR, levando em conta a participação dos setores turísticos, de bens patrimoniais, culturais e ambientais, através de representantes indicados pelas respectivas entidades de cada categoria, considerando-se a referida representação como serviço público relevante, não remunerado.

Art. 14 - O Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, no âmbito de suas respectivas competências, observadas as normas pertinentes, apoiarão técnica e financeiramente as iniciativas, planos e projetos da EMBRATUR que visem a formação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra para o setor turismo.

Parágrafo único – As entidades de iniciativa privada poderão participar, na forma do “caput” deste artigo, de todas as ações e implementações que visem a formação e a especialização da mão-de-obra para o setor.

Art. 15- Os órgãos federais que tenham interferência direta ou indireta na movimentação dos fluxos turísticos internacional e nacional ou na comercialização do produto turístico dentro e fora do País, deverão quando solicitados pela EMBRATUR, adotar medidas e procedimentos que facilitem as referidas ações.

Parágrafo único – A EMBRATUR celebrará convênio com os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, visando adotar os critérios necessários à racionalização e desregulamentação dos serviços oferecidos aos turistas.

Art. 16 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

JARBAS PASSARINHO

(Publicado no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 1992, Seção I, Págs. 1901/02.)

ANEXO B

Questionário semi estruturado realizado com os moradores do bairro da Violeira



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Estes dados serão analisados para dar suporte teórico para a realização de Monografia

Data: __/__/__

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Endereço:

1) Você conhece o roteiro turístico da Violeira?

2) Você considera a Violeira um local turístico? Por que?

3) Quais locais você considera turístico no bairro? Explique os motivos

4) Antes da colocação das placas informativas, você sabia que estava sendo proposto um roteiro turístico para a Violeira?

5) Do ponto de vista cultural, você se identifica com as atividades promovidas por estes locais considerados turísticos? Por que?

(Responder caso a resposta da pergunta 1 for sim)

6) Você sabe se houve consulta popular na elaboração do roteiro turístico? Você participou?

7) Você sabe como foi a participação ou consulta da Associação de Moradores do bairro da Violeira na elaboração do roteiro turístico?

8) A criação do roteiro turístico pode contribuir para o desenvolvimento social e cultural do bairro? De que maneira?

Sugestões para a pesquisa

ANEXO C

Entrevista semi estruturada utilizada com os agentes turísticos nos pontos turísticos



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Endereço:

- 1) Você participou do processo de criação do roteiro turístico do bairro da Violeira?
Como foi o contato do Departamento de Turismo com o local?

- 2) Quando teve início a sua participação? Com quais objetivos e/ou expectativas?

- 3) Com relação a parceria com o Departamento de Turismo, após a inserção do “ponto” turístico no roteiro turístico da Violeira, estes objetivos ou expectativas estão sendo atendidos?

4) Com relação ao desenvolvimento social e cultural, como você acha que o roteiro turístico da Violeira pode contribuir para o bairro? Existem propostas? Quais?

5) Você identifica conflitos políticos, culturais ou outros, a partir da criação do roteiro turístico no bairro da Violeira? Quais?

6) A partir da sua opinião, o roteiro turístico da Violeira podem ser considerado uma política pública? Por que?

7) A partir do roteiro turístico da Violeira. Como você acha que este local pode contribuir para o desenvolvimento no bairro, do ponto de vista sócio econômico?

Sugestões e opiniões para a pesquisa: